

ÍNDICE

À GUISA DE INTRODUÇÃO	5
I. NOÇÃO DE INCIDENTE PROCESSUAL	7
II. INCIDENTES DA INSTÂNCIA	11
1. Generalidades	11
2. Disposições Gerais	12
2.1. Regra geral	12
2.2. Indicação das provas e oposição	13
2.3. Limite do número de testemunhas e registo dos depoimentos	15
2.4. Alegações orais e decisão	17
3. Verificação do valor da causa	19
3.1. Atribuição de valor à causa e sua influência	19
3.2. Critérios gerais para a fixação do valor	25
3.3. Critérios especiais	29
3.4. Momento a que se atende para a determinação do valor	33
3.5. Valor da ação no caso de prestações vincendas e periódicas	40
3.6. Valor da ação determinado pelo valor do ato jurídico	43
3.7. Valor da ação determinado pelo valor da coisa	45
3.8. Valor das ações sobre o estado das pessoas ou sobre interesses imateriais ou difusos	50
3.9. Valor dos incidentes e dos procedimentos cautelares	53
3.10. Poderes das partes quanto à indicação do valor	58
3.11. Fixação do valor	61
3.12. Valor dos incidentes	65
3.13. Determinação do valor quando não sejam suficientes a vontade das partes e o poder do juiz	68
3.14. Fixação do valor por meio de arbitramento	69
3.15. Consequências da decisão do incidente do valor	70

4.	Intervenção de terceiros	73
4.1.	Generalidades	73
5.	Intervenção principal espontânea	76
5.1.	Intervenção de litisconsorte	76
5.2.	Posição do interveniente	79
5.3.	Intervenção por mera adesão	80
5.4.	Intervenção mediante articulado próprio	83
5.5.	Processamento subsequente	85
6.	Intervenção Principal Provocada	88
6.1.	Generalidades	88
6.2.	Âmbito	90
6.3.	Efetivação do direito de regresso	96
6.4.	Oportunidade do chamamento	98
6.5.	Termos em que se processa	101
6.6.	Valor da sentença quanto ao chamado	104
7.	Intervenção acessória provocada	106
7.1.	Generalidades	106
7.2.	Campo de aplicação	108
7.3.	Dedução do chamamento	111
7.4.	Termos subsequentes	114
7.5.	Tutela dos direitos do autor	118
8.	Intervenção acessória do Ministério Público – Como se processa	120
9.	Assistência	123
9.1.	Generalidades	123
9.2.	Conceito e legitimidade da assistência	123
9.3.	Intervenção e exclusão do assistente	126
9.4.	Posição do assistente – Poderes e deveres gerais	129
9.5.	Posição especial do assistente	133
9.6.	Provas utilizáveis pelo assistente	134
9.7.	A assistência e a confissão, desistência ou transação	135
9.8.	Valor da sentença quanto ao assistente	137
10.	Incidente de oposição	140
10.1.	Generalidades	140
10.2.	Conceito de oposição espontânea – Até quando pode admitir-se	142
10.3.	Dedução da oposição espontânea	145
10.4.	Posição do oponente – Marcha do processo	146
10.5.	Marcha do processo após os articulados da oposição	148
10.6.	Atitude das partes quanto à oposição e seu reflexo na estrutura do processo	150
10.7.	Oposição provocada	152

10.8. Citação do oponente	155
10.9. Consequência da inércia do citado	157
10.10. Dedução do pedido por parte do oponente – Marcha ulterior do processo	160
11. Oposição mediante embargos de terceiro	162
11.1. Generalidades	162
11.2. Fundamentos dos embargos de terceiro	165
11.3. Embargos de terceiro por parte dos cônjuges	173
11.4. Dedução dos embargos	177
11.5. Fase introdutória dos embargos	180
11.6. Efeitos da rejeição dos embargos	185
11.7. Efeitos do recebimento dos embargos	186
11.8. Processamento subsequente ao recebimento dos embargos	189
11.9. Caso julgado material	192
11.10. Embargos de terceiro com função preventiva	194
12. Habilitação	197
12.1. Generalidades	197
12.2. Quando tem lugar a habilitação – Quem a pode promover	201
12.3. Regras comuns de processamento do incidente	207
12.4. Processo a seguir no caso de a legitimidade já estar reconhecida em documento ou noutro processo	213
12.5. Habilitação no caso de a legitimidade ainda não estar reconhecida	218
12.6. Habilitação no caso de incerteza de pessoas	227
12.7. Habilitação do adquirente ou cessionário	231
12.7.1. Generalidades	231
12.7.2. Âmbito	234
12.8. Habilitação perante os tribunais superiores	238
13. Liquidação	242
13.1. Generalidades	242
13.2. Ónus de liquidação	245
13.3. Dedução da liquidação	250
13.4. Termos posteriores do incidente	255
13.5. Liquidação por árbitros	263
14. Impugnação de documentos	265
14.1. Generalidades	265
14.2. Impugnação da genuinidade de documentos	270
14.3. Prova	275
14.4. Elisão da autenticidade ou da força probatória de documentos	278
14.5. Arguição pelo apresentante	282
14.6. Resposta	284

14.7. Instrução e julgamento	286
14.8. Processamento como incidente	289
14.9. Falsidade de ato judicial	293
15. Incompetência Relativa	298
15.1. Generalidades	298
15.2. Em que casos se verifica	300
15.3. Regime da arguição	301
15.4. Conhecimento oficioso da incompetência relativa	304
15.5. Instrução e julgamento da exceção	309
15.6. Regime no caso de pluralidade de réus	313
15.7. Tentativa ilícita de desaforamento	314
15.8. Regime da incompetência do tribunal de recurso	317
16. Garantias da imparcialidade	319
16.1. Generalidades	319
16.2. Casos de impedimento do juiz	321
16.3. Dever do juiz impedido	332
16.4. Causas de impedimento nos tribunais coletivos	337
16.5. Normas estatutárias sobre impedimentos de juízes	339
16.6. Consequência jurídica de atos processuais de juízes em situação de impedimento não declarado	340
16.7. Impedimentos do Ministério Público e dos funcionários da secretaria	343
16.8. Impedimentos estatutários dos magistrados do Ministério Público	347
16.9. Pedido de escusa pelo juiz	348
16.10. Fundamento de suspeição	353
16.11. Prazo para a dedução da suspeição	362
16.12. Como se deduz e processa a suspeição	365
16.13. Julgamento da suspeição	367
16.14. Suspeição oposta a juiz da Relação ou do Supremo Tribunal de Justiça	370
16.15. Influência da arguição na marcha do processo	371
16.16. Procedência da escusa ou da suspeição	372
16.17. Suspeição oposta a funcionários da secretaria	373
16.18. Contagem do prazo para a dedução	375
16.19. Processamento do incidente	376
BIBLIOGRAFIA	379
ÍNDICE IDIOGRÁFICO	383